

PUBLICADO DOC 06/10/2005

PARECER Nº 1063/2005 DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
SOBRE O **PROJETO DE LEI Nº 0073/2005**.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Executivo, visa revogar a Lei nº 12.271/96, que dispõe sobre a instalação de guaritas de segurança, e dá outras providências.

A referida Lei, trata do uso do passeio público para a instalação de guaritas de segurança, cancelas e correntes de fácil remoção nas calçadas das ruas dos bairros considerados de zoneamento residencial.

De acordo com a justificativa apresentada, a Lei nº 12.271/96 apresenta irregularidades técnicas, no que diz respeito aos termos utilizados na Lei, especialmente em relação ao termo “auto de licença e localização”, que é próprio para o caso de permissão do Poder Público para o exercício de determinada atividade por particular, não sendo, contudo, apropriada para o caso do uso de bens municipais por terceiros, o qual deverá ser feito por meio de T.P.U – Termo de Permissão de Uso, que é próprio para os casos de concessão, permissão ou autorização, conforme o caso o exigir.

Assim, resta evidente que os equipamentos de que trata a Lei nº 12.271/96, por ocuparem espaços públicos, deverão receber tratamento institucional conforme o previsto no artigo 114 da Lei Orgânica do Município, que dispõe:

“Art. 114 – O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso, e o interesse público, devidamente justificado, o exigir.”

A douta Comissão de Constituição e Justiça, após a realização de duas Audiências Públicas, manifestou-se pela legalidade da propositura.

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente apresentou parecer favorável à propositura.

Desta feita e considerando que a propositura é meritória, pois o referido Projeto de Lei visa eliminar do ordenamento jurídico municipal uma Lei que contém termos impróprios para tratar dos casos do uso do passeio público para instalação de guaritas de segurança, cancelas e correntes de fácil remoção nas ruas e calçadas dos bairros considerados de zoneamento residencial, esta Comissão se manifesta FAVORAVELMENTE à aprovação do presente Projeto de Lei por esta Casa de Leis.

Sala da Comissão de Administração Pública, em 05/10/05.

João Antônio – Relator

Atílio Francisco

Carlos Giannazi

Domingos Dissei

Juscelino Gadelha

PUBLICADO DOC. 30/03/2006, PÁG. 101 C.3 e 4.

PARECER Nº 1063/2005 DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 0073/2003.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Executivo, visa revogar a Lei nº 12.271/96, que dispõe sobre a instalação de guaritas de segurança, e dá outras providências.

A referida Lei, trata do uso do passeio público para a instalação de guaritas de segurança, cancelas e correntes de fácil remoção nas calçadas das ruas dos bairros considerados de zoneamento residencial.

De acordo com a justificativa apresentada, a Lei nº 12.271/96 apresenta irregularidades técnicas, no que diz respeito aos termos utilizados na Lei, especialmente em relação ao termo "auto de licença e localização", que é próprio para o caso de permissão do Poder Público para o exercício de determinada atividade por particular, não sendo, contudo, apropriada para o caso do uso de bens municipais por terceiros, o qual deverá ser feito por meio de T.P.U – Termo de Permissão de Uso, que é próprio para os casos de concessão, permissão ou autorização, conforme o caso o exigir.

Assim, resta evidente que os equipamentos de que trata a Lei nº 12.271/96, por ocuparem espaços públicos, deverão receber tratamento institucional conforme o previsto no artigo 114 da Lei Orgânica do Município, que dispõe: "Art. 114 – O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso, e o interesse público, devidamente justificado, o exigir."

A douta Comissão de Constituição e Justiça, após a realização de duas Audiências Públicas, manifestou-se pela legalidade da propositura.

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente apresentou parecer favorável à propositura.

Desta feita e considerando que a propositura é meritória, pois o referido Projeto de Lei visa eliminar do ordenamento jurídico municipal uma Lei que contém termos impróprios para tratar dos casos do uso do passeio público para instalação de guaritas de segurança, cancelas e correntes de fácil remoção nas ruas e calçadas dos bairros considerados de zoneamento residencial, esta Comissão se manifesta FAVORAVELMENTE à aprovação do presente Projeto de Lei por esta Casa de Leis.

Sala da Comissão de Administração Pública, em 05/10/05.

João Antônio – Relator

Atílio Francisco

Carlos Giannazi

Domingos Dissei

Juscelino Gadelha